

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.475.560 - RS (2019/0085732-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : ROZA MARIA BOENO THOMPSON
ADVOGADOS : FÁBIA ANDRÉA VIEZZER BOENO - RS046893
NATHÁLIA CHAGAS HAHN E OUTRO(S) - RS091958
AGRAVADO : MOVELPAR INDÚSTRIA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO : FLÁVIA MARIA DAS CHAGAS MACCARI E OUTRO(S) -
RS059637

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **AGRAVO E RECURSO ESPECIAL INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO FUNDAMENTO DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ART. 932, INC. III, DO NCPC. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

MOVELPAR INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO LTDA. (MOVELPAR) interpôs agravo de instrumento contra decisão que, nos autos da ação de execução de título extrajudicial ajuizada contra COLOCARTE DECORAÇÕES E ACABAMENTOS AMBIENTAIS LTDA. (COLOCARTE), JOSÉ CARLOS BUENO DE VARGAS (JOSÉ CARLOS), e ROZA MARIA BOENO THOMPSON (ROZA MARIA), que reconheceu a impenhorabilidade da conta bancária de ROZA MARIA.

O Tribunal de origem deu provimento ao agravo, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA ON LINE . CONTA CORRENTE DE PESSOA FÍSICA. O FATO DE A PARTE TER VALORES DISPONÍVEIS EM CONTA PELA QUAL COSTUMA RECEBER VENCIMENTOS NÃO OS TORNA IMPENHORÁVEIS. A IMPENHORABILIDADE VISA TUTELAR OS GANHOS QUE SÃO INDISPENSÁVEIS AO SUSTENTO DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA. DERAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME. (e-STJ fls. 171)

Inconformada, ROZA MARIA interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, alegando violação dos arts. 833, inc. IV, do NCPC, ao sustentar que (1) o valor decorrente de pensão é impenhorável, ainda que se trata de acúmulo residual em conta corrente; (2) esta Corte já decidiu que os montantes inferiores a 40 salários mínimos depositados em conta corrente são impenhoráveis; e, (3) há divergência jurisprudencial.

O apelo nobre não foi admitido em virtude (i) da incidência das

Súmulas 7 e 83 e STJ; e (ii) do óbice da súmula 7 do STJ impossibilitar a análise da divergência jurisprudencial.

Nas razões do presente agravo em recurso especial, ROZA MARIA sustentou que (a) não é caso de incidência da Súmula 7 do STJ; (b) comprovou a divergência jurisprudencial; e (c) a maioria dos Tribunais pátrios e esta Corte firmaram entendimento de que os valores oriundos de pensão são impenhoráveis, não importando se houve saldo de um mês para outro.

Foi apresentada impugnação (e-STJ, fls. 288/297).

É o relatório.

Decido.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação não merece prosperar.

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observo que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra os fundamentos da decisão agravada atinentes à incidência da Súmula 83 do STJ.

Na hipótese de impugnação da Súmula 83 do STJ, deve ser indicado precedente contemporâneo ou superveniente ao referido na decisão agravada, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior, ou, que a divergência é atual.

Cabe ressaltar que o precedente citado nas razões do Agravo não trata de penhora de sobra salarial.

Assim, o recurso não se mostra viável, o que enseja a sua inadmissão.

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021,

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

§ 4º e 1.026, § 2º).

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

